

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: reflexões sobre a problemática.

Antonio Miranda

*Assessor de Planejamento Bibliotecário
CAPES/MEC*

(Texto original apresentado durante o 1 SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, Niterói, RJ, 23 a 29 julho de 1978. Editado como folheto pela CAPES no mesmo ano e distribuído às universidades brasileiras).

RESUMO

A biblioteca como um problema técnico e como fenômeno social, a ínter-relação com o meio ambiente, o processo de negociação com as esferas do poder decisório superior. Necessidade de definição de objetivos segundo a realidade institucional, necessidades de desenvolvimento de uma mentalidade científica de planejamento de serviços e de avaliação de coleções e de formulação de uma política de seleção. Discute o problema da estrutura administrativa (ausência de padrões e critérios válidos na elaboração de organogramas e na definição de atribuições, responsabilidades, orçamentos e programação de atividades); de "processos técnicos" (excessivo apego às tarefas técnicas sem estudos sérios de adequação às suas próprias necessidades) e, por último, o problema de pessoal, (desestímulo ao aperfeiçoamento contínuo e a titulação a nível de pós-graduação para acompanhar a própria capacitação docente nas universidades e responder à demanda cada vez mais sofisticada/especializada da comunidade universitária). A biblioteca universitária sobrevive sem este planejamento, não orienta adequadamente a formação de sua coleção e não dedica suficientemente tempo e recursos à referência e ao treinamento de usuários, ou seja, descuida o **princípio** orientador dos serviços e os **fins** e objetivos da entidade. Advoga, como solução, um plano de estímulo na formação de pessoal bibliotecário e a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária – Brasil; Administração de biblioteca.

ABSTRACT

MIRANDA, Antonio. *Biblioteca Universitária no Brasil; reflexões sobre a problemática*. (**University Libraries in Brazil; reflections upon its present situation**). Brasília: CAPES/MEC, 1978

Library, as a technical problem and as a social phenomenon; its interdependence in relation to the environment: the process of negotiation with the superior decisory levels. The need of defining objectives according to institutional situation and of developing a scientific approach to the planning of library services, to the evaluation of collection and to the formulation of book selection policies. It is discussed the problem concerning: administrative structure {absence of patterns and valid criteria for elaborating organograms and for the definition of attributions, responsibilities, budgets and program of activities}, "technical processes" (excessive emphasis on technical tasks without previous studies taking into account local needs), and, at last. personnel (lack of stimuli for continuous education and for pursuing post-graduate courses taking after faculty perfectioning as a means of giving conditions to libraries for a more sophisticated/specialized interface with the university community). Academic library survives without planning, does not guide properly the development of its collections and does not give enough time and

resources for reference services and for user's training, ie, it is not oriented towards the **principles** that guide its services and to the **ends** or objectives of the institution. To change this situation, a plan aiming at the development of university libraries manpower as well as the creation of a Brazilian System of University Libraries is called for.

Keywords: University library – Brazil; Library administration.

APRESENTAÇÃO

O presente texto foi escrito quando eu estava na CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, órgão responsável pela pós-graduação no Brasil) na condição de Assessor de Planejamento Bibliotecário. Instado pelo diretor (hoje em dia, um de meus grandes amigos) Dr. Darcy Closs, eu fiz uma quantidade enorme de viagens pelo Brasil realizando estudos, visitas técnicas, dando palestras, promovendo o desenvolvimento das bibliotecas universitárias através de programas de fomento e capacitação de pessoal. Daí surgiram vários textos, um deles sobre a “problemática” das bibliotecas universitárias. Pedem-me que republique os textos. Hesitei, a principio, acreditando que os quase trinta anos decorridos desde aquela fase de minha vida teriam deteriorado o sentido dos textos, corroendo-se pelo inevitável obsolescência endêmico em publicações de caráter técnico. Mas acabei convencido de que faz sentido levá-los a público ainda que seja para um confronto com os dias atuais que, infelizmente, apesar das novíssimas tecnologias, não são (sempre, às vezes nada) melhores para as nossas instituições de ensino...

O texto salva-se por causa de seu espírito doutrinário, que ainda faz sentido. Cabe apenas ressaltar que a luta pela mudança da lei que acaba com o estatuto do “material permanente” para o tratamento patrimonial do material bibliográfico acabou. Mas ainda não “vingou” a nova lei no sentido de utilizá-la para fazer desbastamentos e descartes nos acervos obsoletos até porque a retração nos investimentos em renovação de conteúdos (mesmo de materiais como as coleções didáticas e correntes) vem inibindo um desenvolvimento mais científico e sustentável das coleções.

Cabe ainda ressaltar a pregação que fazíamos pela criação de um Sistema de Bibliotecas Universitárias que chegou a ser criado pela SESU/MEC – o PROBIB – para depois ser desmontado por falta de recursos, vítima da descontinuidade administrativa que impede políticas de longa duração atingirem seus objetivos.

Antonio Miranda – Universidade de Brasília, maio de 2006.

INTRODUÇÃO

Antes de constituir-se em problema técnico possível de ser controlado e submetido à hermenêutica das leis e normas da biblioteconomia, a biblioteca universitária é um fenômeno social. A complexidade está na dicotomia aparente entre a abordagem técnica e a visão política do problema. A **praxis** revela que binômio técnico - contexto social só é equacionado positivamente quando o árbitro - no caso o bibliotecário - transita nas duas esferas e quando sabe, como administrador, dialogar com o poder decisório superior. Erra, portanto, aquele que oferece tão somente soluções técnicas. Frustra-se o planejador que não sabe auscultar as forças, tendências, inclinações e demandas das personalidades em conflito na sua área de atuação e fracassa se não souber articular estas forças ambientais em favor de seu projeto. Vale dizer: o projeto só é válido - por mais correto que pareça do

ponto de vista técnico - se conseguir catalizar as forças e inclinações do meio ambiente em que pretende atuar.

Caberia, portanto, a análise desta conjuntura como parte inalienável do planejamento de sistemas de bibliotecas em nossas universidades. A razão está em que cada instituição tem as suas características próprias, suas tradições e até mesmo barreiras psicológicas que são o produto de sua ideologia ou - para ser mais preciso - do ideário dos que a forjaram e nela imprimiram a sua personalidade, assim como a influência de seus novos líderes.

A dificuldade maior está em que esta "realidade objetiva" é dinâmica, expressando o equilíbrio tático das forças atuantes.

Sem dúvida, esta conjuntura afeta o funcionamento de serviços bibliotecários com nossas universidades. Para dar um exemplo, as dificuldades de criação e desenvolvimento de uma biblioteca central em uma universidade mais antiga (que foi criada através da coordenação das antigas faculdades isoladas pré-existentes as quais continuam mantendo uma (compreensível) autonomia e até certa auto-suficiência) do que uma universidade totalmente nova, criada sobre a prancheta do planejador. No primeiro caso, o diálogo sobre "centralização e descentralização coordenada" dos serviços bibliotecários da B. C. exige um nível de argumentação e - persuasão mais complexo e diplomático do que na nova universidade, onde os recursos humanos foram recrutados coetaneamente, dentro de princípios gerais e abrangentes e onde os elementos ainda não têm posições de certa forma cristalizadas e sacramentadas pela tradição. A capacidade de "ubiquidade na abordagem do problema é o grande desafio diante do bibliotecário-planejador. Ele precisa ponderar as forças em derredor, colocando-se na perspectiva mesma de seus interlocutores, sem preconceitos e sem exacerbação de ânimos, na tentativa de compreender as opiniões divergentes e de encontrar um mínimo divisor comum capaz de neutralizá-las.

Esta capacidade de isenção crítica, de honestidade na articulação de dados e de "distanciamento" (no sentido brechtiano do termo) quanto às forças em conflito (se for o caso) é o lado mais difícil do problema, pois depende da habilidade inata de parlamentar que deve fazer parte dos requisitos e qualidades do bom administrador envolvido em tarefas de relações humanas, seja ele bibliotecário ou não. ¹

1 Uma corrente inglesa mais radical advoga que a administração de biblioteca não deve ser exercida por um bibliotecário, mas sim por um especialista em administração, ficando com o bibliotecário a assessoria relativa aos problemas técnicos. É discutível a validade de uma experiência desta natureza, pois não é o diploma que faz o profissional. Sem dúvida, se o graduado em administração tiver, aliado aos conhecimentos específicos em sua área, as aptidões inatas, e souber assessorar-se convenientemente, ele cumprirá, com provável sucesso, a sua missão. Provavelmente até melhor que um bibliotecário sem a experiência e domínio da arte de administração. Se, ao contrário (e isso costuma acontecer com muita frequência, infelizmente) o administrador bibliotecário não é nem administrador e nem bibliotecário, então a experiência pode ser fatal.

A insistência na necessidade de indicar profissionais para a administração em suas áreas de competência é justamente a de tentar uma empatia profissional e técnica mais solidária, capaz de granjear o apoio e a cooperação entre iguais o que - é bom frisar - também pode, em circunstâncias excepcionais, gerar inconformismo e conflitos.

O ideal seria o bibliotecário com a dupla titulação (em biblioteconomia e em

administração mesmo que em nível de especialização) mas com a necessária ressalva de que à experiência e a aptidão próprias devem somar-se aos títulos vazios de significados positivos.

No estudo das duas realidades - a da universidade mais antiga vivendo o processo transitório da sua homogeneização e a nova universidade gestando sua fisionomia estrutural - deve-se ressaltar que uma não é melhor do que a outra. São **diferentes** e ambas oferecem vantagens e desvantagens.

A mais antiga talvez apareça como mais conservadora, cautelosa em suas decisões e burocraticamente mais lenta, enquanto que a mais nova tem maior liberdade para renovar e decidir. Por outro lado, esta última tende a exercitar o método desaconselhável da "tentativa e erro", devido à inexperiência de seus componentes humanos se não como indivíduos (pois alguns podem ter tido uma comprovada experiência prévia) mas sim como equipes de trabalho. Naturalmente que a biblioteca é beneficiária e vítima da infra-estrutura geral da instituição na qual ela se insere. Ignorar esta estrutura maior é impossível na prática. Por outro lado, como já foi assinalado, as **instituições são as pessoas que dela participam** e é tarefa do bom administrador saber manter a equidistância responsável com as diversas lideranças mediante diálogo construtivo e objetivo, evitando posições radicais e intransigentes, afiliações fortuitas e passageiras, tendo em vista objetivos e benefícios duradouros para a organização que ele dirige.

Sendo um organismo dentro de outro maior, seria procedente investigar o que o organismo maior pensa e espera da biblioteca, na tentativa de saber os seus limites e atribuições segundo as possibilidades reais.

Não temos, e é reconhecida a nossa falha, uma tradição bibliotecária no Brasil, assim como a nossa tradição universitária é bem recente. Não podemos esquecer o fato de que as universidades são fenômenos novíssimos em nossa cultura por causa do nosso tipo de colonização. Verdadeiras bibliotecas universitárias - entendidas não apenas como grandes coleções em majestosos edifícios mas julgadas, sobretudo, pela **excelência de seus serviços** à comunidade acadêmica só aparecem neste século e só agora começam a afirmar-se e a impor-se. O conceito mesmo de biblioteca varia de país para país e é peculiar no nosso caso, a falta de tradição no uso de livros e de bibliotecas. É a experiência que limita ou amplia os conceitos. A nossa é uma sociedade emergente onde, via de regra, o nosso bisavô era analfabeto, nosso avô concluiu o curso primário e nossos filhos, pelo menos alguns deles, chegam à universidade, sem haverem convivido com livros em casa, sem nunca terem freqüentado boas bibliotecas públicas. Isto é válido para alunos e para professores e só a novíssima geração de professores utiliza grandes bibliotecas para a elaboração de suas teses e pesquisas. Ao contrário, a grande maioria supriu a carência de serviços bibliotecários hábeis e ágeis organizando suas **bibliotecas privadas** ou as **coleções departamentais** para consulta imediata. Esta experiência conforme a visão do que o professor (e por extensão toda a comunidade) tem da biblioteca. As nossas pequenas, mal aparelhadas e pobres bibliotecas setoriais existem porque algumas personalidades sentiram a necessidade de desenvolvê-las e apoiá-las como instrumentos de apoio ao ensino e à pesquisa nas suas áreas de atuação. Foram médicos, engenheiros, químicos, especialistas em áreas como Sociologia, Direito ou Educação, etc., coordenadores ou diretores de cursos que arregimentaram esforços, reuniram obras, buscaram fundos e iniciaram suas coleções. Na maioria dos casos, quando a empresa torna-se complexa, contratam bibliotecários para organizá-las e atendê-las. A estes idealizadores e pioneiros cabe-lhes o mérito e o reconhecimento e naturalmente, defendem o seu patrimônio quando ameaçado de descaracterização mediante sua incorporação anônima a bibliotecas centrais, fora de seu alcance e determinação.

A modernização e a racionalização no emprego dos recursos humanos, materiais e financeiros na manutenção de serviços bibliotecários em nossas universidades exigem uma **mudança radical** de métodos de organização de serviços, onde a "biblioteca isolada" não tem condições de sobrevivência.

Como, então, conciliar esta tradição de biblioteca isolada, liderada por indivíduos interessados na sua implantação e manutenção precária em serviços e praticamente voltada para si mesma -, com esta outra biblioteca em circuito, em sistema, delegando parte de suas prerrogativas em função dos benefícios do intercâmbio e dos usuários?

Trata-se, sem dúvida, de uma decisão administrativa, mas no fundo envolve negociações para as quais o planejador necessitará de uma grande dose de isenção, flexibilidade, paciência e visão de futuro. Primeiro porque as pessoas não costumam ceder seu território de influência se não estão plenamente convencidas das vantagens desta renúncia.

Infelizmente - devemos reconhecer -, as tomadas de decisões quanto a "centralização" têm sido feitas de forma geralmente autoritária, sem estudos sérios e bem fundamentados, sem uma campanha de esclarecimento público adequada e sem uma programação correta na sua implantação. Fechar bibliotecas no início ou fim do ano escolar para mudança é um erro que, infelizmente não é dos mais raros entre nós.

Logicamente, toda mudança deve ser precedida de uma programação que assegure o mínimo de atropelos aos usuários e só se justifica se o sacrifício for realmente para **melhorar** os serviços da biblioteca. De preferência, o material a ser transportado deve ser previamente processado, toda a mecânica da mudança prevista e controlada e a comunidade **informada** da mudança. Afinal, o que se muda não são apenas livros mas também serviços e eles não podem ser descontinuados sob pena do desprestígio e da frustração. Parece óbvio mas, lamentavelmente, é freqüente assistirmos a "bibliotecas" inteiras em caixotes, com seus fichários transtornados, jogados nos depósitos de bibliotecas maiores, com a alegação de que "faltam funcionários" para reorganizá-los. E porque, então, foram desmanteladas?

Descontinuidade administrativa, falta de poder de decisão do bibliotecário no processo, reviravoltas nas regras do jogo, descuido, acidente incontrolável? De tudo um pouco na *via crucis* da organização de nossas bibliotecas universitárias, hoje vivendo a sua crise de crescimento e afirmação.

Com a explosão demográfica na universidade (hoje [1978] são mais de um milhão de estudantes); com a pretendida mudança dos métodos de ensino que mais e mais orientam o aluno (e o professor) a abandonar a apostila e as "anotações de aula" para iniciar-se na pesquisa bibliográfica; com a proliferação de cursos de pós-graduação (hoje são mais de 800 em todo o País); com a ampliação do número de professores com titulação de mestre e de doutor, ou especialização, pressupondo novos métodos de atualização permanente de conhecimento; com um contingente cada vez maior de indivíduos e equipes realizando pesquisas e preparando teses, dissertações e trabalhos acadêmicos, com tudo isso, a biblioteca universitária ganhou notoriedade, evidência. Transformou-se, aliás, no grande problema e dificuldade para o desenvolvimento da nossa reforma universitária.

Teria crescido a biblioteca proporcionalmente à demanda?

Teria evoluído qualitativamente? Involuiu?

É difícil acenar com uma resposta satisfatória.

Nos últimos dez anos foram construídos alguns razoavelmente grandes edifícios de bibliotecas (UnB, UFJF, UFSM, UFSC, UFRN, UFV, UFPE), e vários outros estão em construção ou estão sendo projetados-(PUC/RS, UFMG, UFPB, etc.).

Consideráveis recursos vêm sendo aplicados na aquisição de livros e na importação de periódicos e, hoje por hoje, quase todas as grandes universidades têm ou estão organizando os seus serviços centrais (por centralização física ou por coordenação de atividades, dependendo da configuração física ou administrativa) e, salvo em algumas universidades particulares, todas possuem bibliotecários graduados em seus quadros.

Problemas, no entanto, subsistem. Poderiam ser sumariados assim:

1. **Estrutura administrativa.** Mesmo nas universidades federais não existe um critério unificado quanto à estrutura administrativa da(s) biblioteca(s). Não se pretende que haja um único modelo obrigatório para todos os sistemas de bibliotecas, mas critérios comuns ajustáveis às diferentes situações e estágios do desenvolvimento. Idealmente, deve existir uma biblioteca central ou um núcleo da coordenação de bibliotecas em cada universidade com suficiente autonomia como para cumprir com os seus objetivos. Um "regimento interno" aprovado pelo Conselho Universitário (onde o Diretor da Biblioteca deve ter vez e voto) e orçamento próprio e definido são pré-requisitos para qualquer empreendimento sério. Os padrões internacionais recomendam 5% do orçamento da universidade para a manutenção de serviços bibliotecários.

Uma Comissão de Biblioteca, composta também por professores das diferentes áreas de conhecimento, deverá orientar o Diretor da Biblioteca nas suas decisões quanto a seleção de material bibliográfico, distribuição do orçamento de aquisição, etc. Não se trata de uma Comissão honorífica, pró-forma, mas um grupo de trabalho que implica na não indicação de pessoas por mais representativas que sejam, que não possam prestar a colaboração devida. Não pode haver um hiato entre a biblioteca e a comunidade a que ela serve e a Comissão deve ser o arauto e a manifestação de reivindicações, queixas e tendências da própria comunidade.

A ausência de uma estrutura administrativa definida, com atribuições claras e objetivos explícitos vem dificultando, sobremaneira, o desenvolvimento dos serviços bibliotecários na maioria de nossas bibliotecas universitárias.

2. **Processos técnicos.** Os bibliotecários são acusados, tradicionalmente, pelo excessivo apego aos processos técnicos em detrimento de outras atividades igualmente importantes. Em verdade, poucas bibliotecas universitárias podem orgulhar-se de contar com catálogos atualizados e completos. Os sistemas de classificação variam majoritariamente entre a CDD e a CDU e, em certos casos, ambos sistemas sobrevivem as vezes numa mesma universidade (em diferentes bibliotecas) ou, até mesmo, em diferentes coleções de uma mesma biblioteca. Naturalmente que isto afeta a compatibilidade de serviços, sobretudo nos catálogos coletivos, mas a reclassificação é excessivamente onerosa para constituir-se em solução viável.

Ainda quanto aos processos técnicos caberia ressaltar que nós fracassamos exatamente nos dois processos mais importantes sob a perspectiva dos serviços à comunidade: na seleção e na referência. Sem dúvida alguma, "Seleção é a atividade técnica que **orienta a formação e o desenvolvimento do acervo**".

Raríssimas bibliotecas universitárias fazem avaliações periódicas de suas coleções no sentido de adequá-las, em termos de pertinência e relevância, em graus de quantidade e excelência, aos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos pela universidade, tomando-se em consideração o tipo, as características de seus usuários. Como podem, então aplicar os recursos para uma aquisição equitativa e racional? Deixando aos professores a tarefa da seleção, sem orientação e sem uma política definida? Aqui reside o grande conflito, o fator que mais compromete o envolvimento da biblioteca com a comunidade, causador das queixas e frustrações mais desconcertantes.

O outro lado da questão é o serviço de referência que tampouco existe na maioria de nossas bibliotecas. Isto é, o leitor vê-se desorientado e perdido sem orientação e sem treinamento. Se lembrarmos a sua tradicional inabilidade no uso de livros e de bibliotecas, pode-se compreender a sua perplexidade ou revolta.

Acusa-se o usuário por sua ignorância e pune-se-o por sua inabilidade. Ao invés de treiná-lo e orientá-lo, prefere-se fechar-se-lhe o acesso às estantes e criar novos controles. Na biblioteca universitária brasileira os leitores são bem informados quanto aos seus deveres (através de regulamentos, vigilância, multas e suspensões) mas, jamais chega a precisar, claramente, quais são os seus direitos.

Se não existe o serviço de referência, com então são orientados os "processos técnicos"? Respondem a normas frias e canhestras quando, ao contrário, deveriam tomar em consideração os hábitos e as determinações da própria comunidade usuária?

Pode faltar tempo e pessoal para tudo menos para o leitor, que é a razão de ser da biblioteca. A estratégia está justamente em saber criar ou orientar os hábitos de leitura da comunidade o que exige do especialista conhecimento das técnicas de referência, do acervo ao seu alcance, de serviços opcionais (comutação hemerográfica, empréstimo interbibliotecário, etc) e, naturalmente, cultura geral e específica, além das qualidades inatas indispensáveis a qualquer pessoa que pretenda servir a comunidade.

2. **Pessoal.** As estatísticas demonstram que, apesar do progresso nos últimos anos, é ainda diminuto o número de bibliotecários em relação com o universo de usuários. Os "processos técnicos" e as tarefas administrativas consomem quase todo o tempo e a força de trabalho de pessoal graduado.

Por outro lado, dois problemas afetam a utilização desses profissionais para a prestação de melhores serviços. Em primeiro lugar, a falta de planejamento de serviços. Isto é, são destinados para tarefas descoordenadas, isoladas, repetitivas, não raro absorvendo rotinas não profissionais o que significa baixa produtividade, falta de metas e objetivos definidos.

Em segundo lugar, o despreparo dos profissionais que servem em bibliotecas. Com o incentivo crescente à capacitação de docentes, o nível de especialização de nosso professorado vem aprofundando-se o que implica em demanda de informação mais sofisticada e específica. Por outro lado, o bibliotecário de nossas universidades não teve o correspondente incentivo à capacitação permanente. Ao contrário, os mais jovens e os mais ambiciosos optaram pelo ensino (para usufruir dos privilégios) ou foram atraídos por melhores oportunidades e melhores salários nas bibliotecas especializadas e nos sistemas nacionais de informação.

¶

Os colegas bibliotecários acrescentariam um terceiro problema que é a dificuldade que encontram nas tarefas de planejamento e administração, por falta de verbas, apóio nas decisões ou pela inexistência de pessoal profissional e auxiliar capacitado.

No entanto, a nossa experiência nos diz que, apesar de casos isolados de real desinteresse de algumas autoridades universitárias ou até mesmo de injustiças, na maioria dos casos dá-se exatamente o contrário: as autoridades universitárias não encontram liderança, a segurança e a capacidade nos profissionais como para conceder à biblioteca os recursos pretendidos.

Sem um plano coerente, sem liderança efetiva e sem participação atuante nas esferas de decisão, nenhum bibliotecário conseguirá reunir os recursos para a sua biblioteca, salvo as mínimas para a sua sobrevivência. Os recursos nas nossas universidades são limitados e, no caso das bibliotecas, devido ao fato de que raramente constituem-se em prioridade orçamentária, um trabalho de esclarecimento e persuasão é indispensável.

Outras dificuldades. O grande obstáculo no desenvolvimento de serviços bibliotecários parece ser, como já foi proposto, a nossa precária tradição na área.

Não abundam, entre nós, os modelos de bibliotecas com serviços eficientes e uma infra-estrutura compatível com os seus objetivos. Ainda vivemos no "vir-a-ser" e imitamos os modelos estrangeiros. Seja como for, é a nossa própria experiência (aliada à estrangeira, sem dúvida mas com cautela) que poderá mostrar-nos com segurança o caminho a trilhar. É antes de tudo, uma **mudança de mentalidade**, de atitude, paralelamente aos recursos humanos, financeiros e materiais que devemos conquistar.

Uma biblioteca tem que definir as suas metas e para isso necessita de um estudo de sua própria realidade antes de aventurar-se a qualquer transformação qualitativa. Esta capacidade de julgamento da situação e a formulação de novas opções (teleologia, vale dizer, a fixação de objetivos e metas realistas) é que garante o planejamento de sistemas de bibliotecas. Pretende-se, com ele, atingir os objetivos com o mínimo de recursos, no menor prazo de tempo, maximizando e otimizando as oportunidades.

Fala-se muito, modernamente, em "administração por objetivos", em administração científica. Na prática, os empecilhos são grandes, mas a ausência de critérios e planos é pior.

A Universidade Brasileira vive um momento dramático de transição provocado pela renovação de nossa sociedade, pela busca de novos valores e de soluções para os grandes problemas nacionais. Informação é matéria prima indispensável nesse processo de renovação. A Biblioteca Universitária necessita acompanhar este processo de renovação, capacitando-se para contribuir decisoriamente nas tarefas de ensino, pesquisa e extensão. Ela deve constituir-se na base e centro deste grande debate e busca de informação e idéias ou como ainda acontece em muitos casos, contentar-se com a tarefa menor de ser apenas um banco de livros de texto ou um salão de leitura e estudos opcionais.

É um extraordinário e maravilhoso desafio colocado à imaginação criadora dos bibliotecários acadêmicos.

CONCLUSÕES

A biblioteca universitária brasileira enfrenta uma crise de crescimento pela Renovação Universitária, pela tentativa de transformação dos métodos de ensino e aprendizagem, pela explosão demográfica no ingresso de discentes, pela intensificação de pesquisas e da extensão e, sobretudo, pela capacitação de

docentes que vem demandando maior sofisticação e exigindo maior pertinência no atendimento dos serviços de informação e documentação.

As bibliotecas não cresceram em termos de aquisição de material bibliográfico e na facilidade de seus serviços nas mesmas proporções. No entanto, é justo reconhecer que consideráveis recursos vêm sendo destinados, em muitas universidades, para aquisição e para renovação de serviços e de métodos de trabalho, tanto nas universidades federais quanto nas estaduais e particulares. E grande parte deste recursos provêm de fontes financeiras externas, mediante convênios. A heterogeneidade na procedência destes recursos, assim como a ausência, em muitos casos, de critérios definidos para a sua utilização, vem criando alguns embaraços sobretudo porque a gerência dos recursos nem sempre é feita de acordo com um plano global de investimentos no setor bibliotecário das universidades mas de forma isolada e descoordenada. Seja por inexistência da política aludida (que norteia as aplicações) seja por desconhecimento de tal política (quando ela existe). Voltamos, portanto, ao princípio da necessidade de **maior entrosamento da biblioteca com estes canais decisórios**, no sentido de racionalizar o emprego dos recursos em função de objetivos mais abrangentes e equitativos.

Existe, paralelamente, a dificuldade de obtenção de moeda estrangeira para a importação de material bibliográfico. Os "tetos" de importação são limitados para cada universidade, os processos de aquisição são lentos e os livros e periódicos cada vez mais caros por causa da inflação nacional e internacional.

Independentemente ou não da liberação de mais recursos' para material bibliográfico. duas soluções são propostas:

- a. que seja realizado, pelo Ministério da Fazenda, estudos para a retirada dos materiais bibliográficos da rubrica "Material Permanente", criando rubrica específica onde sejam incluídos, também, todos os novos tipos de materiais de registro bibliográfico conforme "Recomendação" do 9. Congresso Brasileiro & V. Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 3 a 8 de julho de 1977.

O problema é antigo e a solução não é nova e vem sendo proposta insistentemente. Pretende-se liberar o livro da condição de "objeto" físico para transformá-lo em instrumento didático, assumindo o risco de usá-lo e, eventualmente, de descartá-lo da coleção por obsolescência ou irrelevância.

- b. criar os mecanismos necessários (acordos, convênios de serviços, catálogos coletivos, comutação hemerográfica, empréstimo interbibliotecário) no sentido de maximizar o uso deste acervo acumulado nas universidades e justificar os altos investimentos que eles representam. Nenhum país, por mais rico que seja, pode abrir todas as comportas de importação sobretudo quando isso implica numa excessiva duplicação de títulos para uso restrito e limitado. Urge favorecer o intercâmbio, sem o qual o ensino e a pesquisa permanecerão atrofiados pela curta acessibilidade local, pela burocrática e vagarosa processualística da boa vontade isolada e extemporânea. Em suma, faz-se mister, paralelamente ao sistema proposto de universidades brasileiras, criar-se um **Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias** como agência de planejamento e coordenação deste intercâmbio de recursos e de experiências. Um tal sistema facultaria a catalização destas energias, serviria de foro para a discussão dos problemas comuns e facilitaria a formulação de mecanismos hábeis para provocar a desejada aproximação em termos cooperativos e funcionais, entre as nossas bibliotecas universitárias através da complementação de seus serviços. Mas este é um assunto que escapa ao âmbito do presente trabalho, ficando aqui, tão - somente, o seu registro para uma abordagem futura mais detalhada e argumentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Collection Development Committee. Guidelines for the formulation of collection development policies. **Library Resources & Technical Services**, 21 (1): 40-47, 1977.
2. CUNHA. Maria Luisa Monteiro da. Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 3-8 julho 1977. 36p.
3. CUNHA. Murilo Bastos da. Sistemas de informação no planejamento do desenvolvimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA. 9, Porto Alegre, 1977. Anais ... Porto Alegre, 1977. v. 2, p. 11-21.
4. FERREIRA. Gilda Pires. **A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977. 39p.
5. MIRANDA, Antonio. Análise conjuntural das bibliotecas das universidades federais do Nordeste do Brasil. In: REUNIÃO DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS CENTRAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE. 1., Fortaleza, 10-12 Novembro 1977. Brasília, CAPES/MEC/DAU, 1977.
- 6.—Bibliotecas universitárias: festa e fome. **Boletim ABDF**, Brasília, março/abril 1977, p. 3-6.
- 7.—Bibliotecas dos Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil: estudo comparado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 1977. **Anais** ... Porto Alegre, 1977. v.2, p. 268-333.
8. —**Planejamento Bibliotecário no Brasil**; a informação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1977. 135p.
9. OSBURN, C. B. Planning for a University Library Policy on Collection Development. **Int. Libr. Rev.**, 9, 209-224, 1977.

ABREVIATURAS

- BC - Biblioteca Central
PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
U FPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
U FSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UnB - Universidade de Brasília